



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/10/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. EVENTOS.....	2 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	4 - 5
2.2. PRISÃO.....	6 - 7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	9
4.2. COMARCAS.....	10
4.3. DECISÕES.....	11 - 13
4.4. EVENTOS.....	14
4.5. SERVIDORES.....	15 - 16

56 internos da Penitenciária de Pedrinhas são transferidos para área liberada por juiz



Diretor da PP, Ronald Dias

Com a reforma dos novos pavilhões da Penitenciária de Pedrinhas concluída, 56 dos 86 presos daquele estabelecimento penal foram transferidos das antigas celas, no final de semana passado, para o novo cômodo. O local, que foi recentemente liberado pelo juiz da 1ª Vara de Execução Penal (VEP), Jamil Aguiar, é dividido em "fundão" I e II e tem capacidade para 115 presos, além de abrigar internos da capital e do interior, respectivamente.

Ao todo, a unidade possui 192 vagas. O diretor do estabelecimento carcerário, Ronald Dias, explicou que do total de internos da unidade, alguns ficam separados por mau comportamento e outros porque prestam serviço na manutenção do local.

A Penitenciária de Pedrinhas, que está passando por uma reforma completa, disponibiliza nas novas áreas uma quantidade de 38 celas, sendo cada uma delas com capacidade para três internos. Atualmente o fundão I

conta com 26 detentos da capital e o II com 30 do interior. Além disso, o estabelecimento carcerário possui uma área conhecida como "Especial 7", local que tem capacidade para 77 detentos. Ronald disse que hoje a Penitenciária de Pedrinhas está aquém da superlotação. Segundo ele, a unidade ainda vai ajudar a diminuir o número de detentos da Central de Custódia Preso de Justiça (CCPJ) do Anil. "Acredito que um total de 120 presos da CCPJ do Anil está vindo pra cá. A transferência deles eu não sei quando vai acontecer, estou aguardando", conta Dias.

As obras, com o sentido de restaurar completamente aquela unidade, continuam. Na área ao redor do prédio da Penitenciária de Pedrinhas podem ser vistos pedreiros, literalmente, pondo a mão na massa. O local, que terá uma quadra coberta, ainda proporcionará ao interno um ambiente de plantio, através da horta que ali voltará a funcionar. Ronald Dias afirmou que o ponto chave de todo e qualquer estabelecimento carce-

rário são os trabalhos de ressocialização. Ele informou que tem como ponto base para ressocializar o interno, a educação. "Essa escola que funciona aqui na unidade é a única do sistema prisional brasileiro reconhecida pelo MEC.. Então temos que aproveitar esse título e investir em educação aqui na unidade", destaca ele.

Para garantir um processo de ressocialização ainda mais eficaz aos presos, Dias revelou algumas estratégias para que isso venha ser viabilizado. Ronald disse que está com uma lista de internos regularizados para o trabalho externo, mas estamos tentando fechar parcerias com empresários que queiram o interno como mão de obra. "Isso vai incentivar eles (os detentos) a deixarem de pensar ou de querer fazer coisas que não convém fazer", acredita Ronald.

O secretário Sergio Tamer destacou que tudo o que está sendo feito é dando continuidade na política de regionalização do sistema e para atender aquilo que exige a Lei de Execuções Penais (LEP).

Colégio de Presidentes de TJs defende autonomia do Judiciário estadual

PÁGINAS 3

Colégio de Presidentes de TJs defende autonomia do Judiciário estadual

A autonomia do Judiciário estadual e o vigésimo aniversário do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça foram temas dominantes em pronunciamento do desembargador Marcus Faver na abertura do 93º Encontro da instituição, na noite da última quinta-feira, 18, no plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que participa do evento, concordou com a posição mais enérgica e realista do colégio em relação aos problemas dos tribunais de justiça do país.

"Não desejamos confrontos, até porque a Justiça como um todo tem compromissos sérios com as causas judiciais, mas é necessário deixar o judiciário dos estados livre de amarras para que decida os próprios interesses sem a tutela de nenhum outro poder", enfatizou.

O presidente do TJRJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, deu as boas-vindas aos participantes. "Nos encontros, aprendemos muito uns com os outros", disse.

Presidente do colégio, Faver defendeu sua importância e luta pela independência

do Judiciário estadual, e lembrou que a Constituinte de 1988 foi excludente com a justiça estadual ao tolher sua representatividade. "A ideia do colégio nasceu desse vácuo constitucional", disse.

Ele também criticou a proposta em tramitação no Congresso que altera a denominação do Conselho Federal da Justiça para Conselho da Justiça Federal e da Justiça Estadual. "Essa mudança é apenas nominal", disse, informando que o Judiciário estadual responde por 80% da demanda processual do país, enquanto sua representação nacional fica em torno de 2%. O presidente vê lado contraditório da medida diante das atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O nome do desembargador Pires da Fonseca (ex-presidente do TJMA), foi citado por Faver ao lembrar os magistrados que deram início ao colégio há 20 anos.

Faver relacionou o encontro deste ano a momento histórico da magistratura nacional, e o chamou de "moronguetá" - palavra de origem indígena e que significa local para troca de confidências. "São nos encontros do Colégio que os presidentes de tribunais de justiça falam de anseios e lamenções", assinalou.

Justiça determina interdição do presídio Jorge Vieira, em Timon

Liminar expedida pela juíza Lewman de Moura Silva proíbe a entrada de presos provisórios e dá prazo de 30 dias para a Sejap retirar todos os que ali estão nessa condição; medida foi tomada devido à superlotação e à falta de higiene na penitenciária

TIMON - A juíza titular da 3ª Vara Criminal de Timon, Lewman de Moura Silva, expediu liminar determinando a interdição parcial e imediata do Centro de Ressocialização Jorge Vieira, unidade prisional do referido município, localizado a 425 km de São Luís. O documento assinado pela juíza determina que o centro não receba presos provisórios nem sentenciados de outras cidades e estabelece um prazo de 30 dias, no qual a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) deve providenciar a retirada de todos os presos provisórios da unidade em questão para colocá-los em cadeias públicas próximas às suas famílias.

O pedido de interdição da unidade prisional foi proposto, por meio de Ação Civil Pública, pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, representada pela defensora pública, Creuza Maria Lopes. Ela alegou a superlotação carcerária tendo em vista que o presídio, cuja ca-



Arquivo

Centro de Ressocialização Jorge Vieira, em Timon, foi interditado por decisão da juíza Lewman Silva

pacidade é de 168 presos sentenciados, encontra-se com uma população carcerária de 310 detentos, entre provisórios

e sentenciados.

Essa situação já havia sido observada pela juíza Lewman de Moura após diversas visitas ao

Centro de Ressocialização Jorge Vieira. Na tarde de quinta-feira (18), em visita feita ao centro, Lewman de Moura, acompa-

Justiça determina interdição do presídio Jorge Vieira, em Timon

Liminar expedida pela juíza Lewman de Moura Silva proíbe a entrada de presos provisórios e dá prazo de 30 dias para a Sejap retirar todos os que ali estão nessa condição; medida foi tomada devido à superlotação e à falta de higiene na penitenciária

TIMON - A juíza titular da 3ª Vara Criminal de Timon, Lewman de Moura Silva, expediu liminar determinando a interdição parcial e imediata do Centro de Ressocialização Jorge Vieira, unidade prisional do referido município, localizado a 425 km de São Luís. O documento assinado pela juíza determina que o centro não receba presos provisórios nem sentenciados de outras cidades e estabelece um prazo de 30 dias, no qual a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) deve providenciar a retirada de todos os presos provisórios da unidade em questão para colocá-los em cadeias públicas próximas às suas famílias.

O pedido de interdição da unidade prisional foi proposto, por meio de Ação Civil Pública, pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, representada pela defensora pública, Creuza Maria Lopes. Ela alegou a superlotação carcerária tendo em vista que o presídio, cuja ca-



Arquivo

Centro de Ressocialização Jorge Vieira, em Timon, foi interditado por decisão da juíza Lewman Silva

pacidade é de 168 presos sentenciados, encontra-se com uma população carcerária de 310 detentos, entre provisórios

e sentenciados.

Essa situação já havia sido observada pela juíza Lewman de Moura após diversas visitas ao

Centro de Ressocialização Jorge Vieira. Na tarde de quinta-feira (18), em visita feita ao centro, Lewman de Moura, acompa-

Sentença

Equipes de captura da Polícia Interestadual (Polinter) prenderam sexta-feira (19), na Vila Palmeira, em São Luís, Hamilson Rocha de Sá, o *Lico*, de 36 anos, que tinha um mandado de sentença condenatória expedido em 2006 pelo juiz da 8ª Vara Criminal Fernando Luiz Mendes Cruz, pelo crime de assalto. A prisão se deu após informações repassadas pelo Disque Denúncia. Durante as diligências, os policiais localizaram o acusado em sua casa, na Rua Gabriela Mistral, naquele bairro.

Homem suspeito de estuprar o filho é preso no município de Bequimão

Vítima, além do estupro, sofreu maus-tratos, sequestro e cárcere privado e acabou morrendo; fato ocorreu em julho

BEQUIMÃO - Raimundo Santos Cantanhede, conhecido como *Negão*, de 32 anos, foi preso em uma ação da Polícia Civil da delegacia do município de Bequimão, a 672 km de São Luís, e encaminhando para o Centro de Triagem de Pedrinhas. Ele é suspeito de estuprar o filho de 3 anos. A criança morreu em julho deste ano, vítima de maus-tratos. A polícia vai investigar ainda se o suspeito tem envol-

vimento na morte da mãe do menino, uma adolescente de 15 anos.

Os policiais civis que prenderam Raimundo Santos Cantanhede cumpriram um mandado de prisão expedido pelo juiz, Marcello Frazão Pereira, titular da Comarca de Bequimão. No momento da ação, realizada por volta de 1h de sexta-feira (19), a equipe policial encontrou em poder do suspeito uma

faca e uma espingarda caseira.

O mandado de prisão de Raimundo Santos se deu pela suposta prática de crimes de sequestro, cárcere privado, maus-tratos, abandono material e intelectual, estupro de vulnerável e abandono de incapaz, contra o seu filho. A polícia suspeita de que a morte da criança tenha relação direta com a violência sofrida.

Segundo o delegado de Polícia Civil Jorge Santos, o suspeito foi denunciado por vizinhos aos conselheiros tutelares da cidade após constatarem que ele teria praticado estes crimes

contra a criança e a mãe dela, que também morreu meses antes do filho. O delegado relatou ainda que, ao tomar conhecimento do caso no início deste mês, abriu um inquérito policial para apurar as duas mortes e solicitou a prisão do suspeito.

Raimundo Santos Cantanhede foi preso pela equipe policial no povoado Ramal Quindíua, a 18 km de Bequimão. Após a sua apresentação na delegacia local, ele foi encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas, em São Luís, onde aguarda o andamento das investigações.

■ SÃO PEDRO D'ÁGUA BRANCA

Policial é absolvido de acusação de homicídio

Sob a presidência da juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, foi realizado o julgamento do policial militar do estado do Pará, Paulo Sena Aleixo, mais conhecido como o "Cabo Aleixo".

O Cabo Aleixo foi julgado sob a acusação de ter sido o autor dos disparos de arma de fogo que mataram o secretário de Meio Ambiente do município de São Pedro d'Água Branca, Osmar Luna Peixoto, fato ocorrido no dia 9 de setembro de 2007, no Centro de Imperatriz.

Osmar Luna Peixoto estava colocando o carro na garagem da casa onde morava, localizada na Rua Iracema, no Centro da cidade, quando

2

pessoas são suspeitas de encomendar a execução

2007

Foi ano do assassinato do secretário municipal Osmar Luna

foi surpreendido por dois homens que chegaram ao local em uma motocicleta já atirando. Osmar Luna foi atingido por vários tiros e morreu instantaneamente.

O caso foi investigado pela delegada Nilmar da Gama, que apontou o Cabo Aleixo como sendo a pessoa que teria desferido os tiros que mataram Osmar Luna. De acordo com a delegada, a mando do então prefeito de São Pedro d'Água Branca, Idelzio Gonçalves de Oliveira, o "Juca", e a mulher dele, Edilene Pereira do Nascimento, que chegaram a serem presos, mas foram colocados em liberdade através de Habeas Corpus.

O Cabo Aleixo foi preso na cidade de Rondon do Pará e trazido para Imperatriz. Até o julgamento, se encontrava em uma das celas do Quartel do 3º BPM. Paulo Sena Aleixo foi absolvido por maioria de votos, por negativa de autoria, tese defendida pela defesa e aceita pelo Tribunal do Júri.

Outro julgamento

Aconteceu um outro julgamento na Vara Criminal de Imperatriz. Quem sentou ao banco dos réus foi Gilvan Gomes Campos, também conhecido por "Gil Baléia", acusado do assassinato de Joaquim Wellington da Silva Ribeiro, fato ocorrido também em 2007. Gil Baléia também foi absolvido por maioria de votos.



OPROGRESSO NET/COM/BR

"Cabo Aleixo" era suspeito de ter disparado os tiros no secretário de Meio Ambiente

Eliana Calmon defende revisão da Lei de Licitações para diminuir fraudes

Um dos principais entraves no combate à corrupção no Brasil é o excesso de burocracia na administração pública, disse a ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, durante seminário na Câmara dos Deputados. Para ela, o excesso de normas legais, em vez de coibir a corrupção, acaba por facilitá-la e, por isso, ela defendeu a revisão da Lei de Licitações (Lei 8.666). "Uma das boas práticas é avaliar a necessidade de desburocratizarmos a atividade pública", disse.

Segundo a ministra, o excesso de detalhamento da lei tem sido um dos fatores para a corrupção. "Ela é muito detalhada, muito minuciosa e esse formalismo tem prejudicado a própria execução da lei. Nesses últimos anos, temos verificado a proliferação dos contratos emergenciais, do continuísmo de contratos com preços superfaturados pela urgência e, dessa forma, as empresas se locupletam com esses pluses dados pelo governo que desfalcam os nossos serviços", disse.

Para Eliana Calmon, o país precisa ser criativo em buscar soluções de boas práticas. Durante o 1º Seminário sobre Boas Práticas nas Contratações Públicas, na Câmara, ela defendeu aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), adotado pelo Executivo para obras da Copa do Mundo de 2014, para Olimpíadas de 2016 e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

■ Reintegração

Foi o juiz Clésio Cunha, quando titular da 2ª Vara da Comarca de Caxias, que determinou a reintegração de posse no caso do povoado Porto do Paiol, a qual ameaça com despejo de suas residências as 27 famílias que ali moram há mais de 30 anos, conforme noticiado na coluna de ontem...

■ Área

A área de 237 hectares compõe os 1.781 hectares pertencentes ao piauiense Manoel Evangelista, já falecido... O juiz atendeu ação movida pelos herdeiros...

■ Questão

...A questão se arrasta há anos por ineficiência do Incra no Maranhão, que já deveria ter desapropriado a área... Tanto para o presidente do STTR e vereador eleito Neto do Sindicato (PT) como para o prefeito Humberto Coutinho (PDT) e o prefeito eleito Léo Coutinho (PSB), a decisão de barrar a injustiça que pode ocorrer amanhã (quando retornarão as forças da Polícia Militar ao local) no Porto do Paiol depende agora do governador em exercício, Washington Oliveira (PT).

Área liberada por juiz recebe 56 detentos na Penitenciária de Pedrinhas

Há poucos dias, o juiz Jamil Aguiar, titular da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), liberou uma área da Penitenciária de Pedrinhas, conhecida como "Fundão" 1 e 2, após conclusão da reforma naquele pavilhão. Com a liberação, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) realizou a transferência de 56 detentos das antigas celas para o setor reformado.

De acordo com o diretor da unidade prisional, Ronald Dias, as novas áreas da Penitenciária de Pedrinhas possuem 38 celas, com capacidade para três presos cada uma. Com a transferência, o Fundão 1 está ocupado por 26 detentos da capital e o Fundão 2 com 30 do interior. "Além desse total, temos um setor conhecido como "Especial 7", com capacidade para abrigar 77 internos.

Ronald Dias informou que a Penitenciária de Pedrinhas possui capacidade para receber 192 detentos, mas abriga somente 86, o que a deixa distante de viven-



Diretor da Penitenciária, Ronald Dias, aposta na ressocialização

ciar uma superlotação. E que, a unidade carcerária, irá ajudar a diminuir o número de presos da Central de Custódia do Anil, de onde poderão sair 120 presidiários para Pedrinhas.

O diretor informou que outros serviços ainda estão acontecendo na Penitenciária de Pedrinhas, tendo como objetivo garantir a reforma completa da unidade prisional. Dias contou que estão

sendo preparadas uma quadra coberta e uma horta, onde os detentos vão praticar esportes e voltar a plantar verduras e hortaliças a fim de utilizá-las na refeição deles. "Essas são medidas para ajudar na ressocialização dos internos, pois todo ponto chave de qualquer estabelecimento penal são os trabalhos para ressocializar os presos, tendo como principal a educação", ressaltou.

*Reintegração
de posse causa
comoção social
em Caxias*

PÁGINA 3

Reintegração de posse causa comoção social em Caxias

Por determinação do juiz Clésio Coelho Cunha, quando ainda titular da 2ª vara da comarca de Caxias, 27 famílias do povoado Porto do Paiol, no primeiro distrito de Caxias, que moram no local há mais de 30 anos, terão que ser desapropriadas de uma área de 237 hectares. Trata-se da sobra de uma área total de 1.781 hectares, que deveria ter sido desapropriada pelo Incra do Maranhão em janeiro de 2001 e ficou fora da ação, que contemplou o restante.

A decisão provocou um clima de instabilidade e medo entre os moradores, aflitos com a possibilidade de perder tudo que construíram ao longo de décadas. É o caso do lavrador José Carlos, que mesmo sabendo da questão na justiça alega não ter sido notificado. "Até agora ninguém aqui foi comunicado, só ficamos sabendo mesmo que eles vinham aqui tirar todo mundo do terreno", disse.

O processo de reintegração de posse de nº 659/2005 tramita na justiça de Caxias desde 2005, movido pelos herdeiros do proprietário, identificado como Manoel Evangelista, de Teresina (PI), já falecido. E os moradores reafirmam que não receberam nenhum comunicado com a ordem de despejo, que estava marcada para o dia 19 passado, e só não foi concretizada porque o prefeito de Caxias, Dr. Humberto Coutinho, interveio junto às autoridades de

segurança do Maranhão, pedindo vistas ao processo na expectativa de que o Incra incluía a área em questão no processo de desapropriação já existente.

Na comunidade, a prefeitura construiu uma escola de ensino fundamental, beneficiou as famílias com kits sanitários e água encanada. O prefeito Dr. Humberto e o prefeito eleito Léo Coutinho estiveram no povoado na manhã de sexta-feira, prestando solidariedade aos moradores. "Temos um grande respeito pelos moradores deste povoado e já trabalhamos muito aqui. Por isto viemos nos solidarizar e buscar alternativas para amenizar o sofrimento deles, nesse momento crítico. Acreditamos na justiça e vamos aguardar pacificamente o resultado do nosso pedido, que é a manutenção dos moradores na área", declarou o prefeito.

Humberto Coutinho afirmou ainda "que esta medida vai contra os esforços de regularização fundiária que a presidente Dilma está fazendo em todo o Brasil e não entende porque o governo do Estado permitiu que a situação chegasse a esse ponto".

O prefeito eleito, Léo Coutinho, disse que "é uma grande injustiça o que está acontecendo com estas pessoas simples e humildes. Eles foram vítimas de um erro do Estado, que esperamos que seja corrigido, pois uma vez que a área sendo desapropriada, como ocorreu com o restante,

os herdeiros serão indenizados. Entendo que os moradores é que não podem ser penalizados. Eles vivem e trabalham aqui e não há razão nenhuma para que saiam", concluiu.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores, José Wilson da Silva, O neto, recém eleito vereador de Caxias pelo Partido dos Trabalhadores - PT, disse que o "sindicato repudia a decisão judicial e o despejo dos moradores que vivem aqui há mais de 30 anos. Estamos pedindo ao governador em exercício Washington Oliveira, nosso companheiro que faça o que for necessário para postergar essa decisão judicial, até que se encontre novo desfecho para o caso. Estamos prestando toda solidariedade aos companheiros atingidos e acompanharemos o caso, passo a passo".

A aflição é grande entre os moradores do povoado que sobrevivem da agricultura de subsistência na área. Se forem desalojados eles não tem para onde ir e nem sabe como viverão.

Tanto para o prefeito eleito, Léo Coutinho, quanto para o atual prefeito, Humberto Coutinho e também para o presidente do Sindicato, Neto do Sindicato, está nas mãos do governo do Estado, a decisão de impedir que uma injustiça seja cometida nessa segunda-feira, quando está prevista a nova ação de reintegração.

Colégio de Presidentes de TJs defende autonomia do Judiciário estadual

A autonomia do Judiciário estadual e o 20º aniversário do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça foram temas dominantes em pronunciamento do desembargador Marcus Faver na abertura do 93º Encontro da instituição, na noite de quinta-feira (18), no plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, que participa do evento, concordou com a posição mais enérgica e realista do colégio em relação aos problemas dos tribunais de justiça do país.

“Não desejamos confrontos, até porque a Justiça como um todo tem compromissos sérios com as causas judiciárias, mas é necessário deixar o judiciário dos estados livre de amarras para que decida os próprios interesses sem a tutela de nenhum outro poder”, enfatizou.

O presidente do TJRJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, deu as boas-vindas aos participantes. “Nos encontros,

aprendemos muito uns com os outros”, disse.

Presidente do colégio, Faver defendeu sua importância e luta pela independência do Judiciário estadual, e lembrou que a Constituinte de 1988 foi excludente com a justiça estadual ao tolher sua representatividade. “A ideia do colégio nasceu desse vácuo constitucional”, disse.

Ele também criticou a proposta em tramitação no Congresso que altera a denominação do Conselho Federal da Justiça para Conselho da Justiça Federal e da Justiça Estadual. “Essa mudança é apenas nominal”, disse, informando que o Judiciário estadual responde por 80% da demanda processual do país, enquanto sua representação nacional fica em torno de 2%. O presidente vê lado contraditório da medida diante das atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O nome do desembargador Pires da Fonseca (ex-presidente do TJMA), foi citado por Faver ao lembrar os magistrados que deram início ao colégio há 20 anos.

Felipe Costa Camarão – campeão nas piscinas e na vida

JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
(JOSRAMOS@GMAIL.COM.BR)

Nunca foi difícil encontrar matérias oficiais “plantadas” para elogiar as ações consideradas positivas pelo governo no que tange ao esporte e à sua prática. Toda ação do governo – principalmente do Maranhão – é noticiada com milagre, como coisa da mais alta competência, a mais feliz escolha que acaba por coroar a capacidade de quem deveria estar completamente a serviço da pasta.

E, na prática, quem não “baba” nem faz parte de conchavos, vê diferente quando olha para o entorno do Complexo Esportivo, para a situação da Pista de Atletismo, para o Parque Aquático e para os demais espaços de responsabilidade da gestão estadual. Infelizmente, a soberba de alguns não lhes permite a fácil visão.

Pois, a falta de uma ação real e evidentemente menos mentirosa é o caminho mais curto entre o nada e o ostracismo de alguns atletas emergentes, carentes de patrimônio financeiro que, mesmo empunhando a bandeira estadual não recebem o tratamento adequado nem convivem com uma estrutura física capaz de desenvolver ainda mais o seu potencial – fator positivo que garante a subida mais vezes nos pódios.

O ano de 1988 foi um marco positivo da bela passagem

do esporte maranhense em nível nacional. Os JEBs realizados em São Luís – com a juventude maranhense conquistando ouro em algumas modalidades – serviram para aprovar e marcar a bela gestão na área do Esporte do Governo Cafeteira via Carlos Guterres. A superlotação dos ginásios e de quase todos os espaços comprova uma organização e demonstra competência que vai demorar muito para ser repetida. Sim, é que alguns preferem trocar o falar besteiras pelas ações práticas.

Imbecil é quem tenta desvalorizar a recuperação do Castelão, embora as competições domésticas não justifiquem o uso daquela praça. A administração do futebol maranhense ainda está no tempo dos macacos manganis, personagens das histórias de quadrinhos de Tarzã; do tempo das mensagens do Fantasma via tambores pelas selvas até encontrar o cão Capeto; ou da latinha de espinafre de Popeye para ganhar força e enfrentar o paquerador de Olívia Palito. É coisa do passado e as ações negativas vão mantê-lo nesse tempo por mais algumas dezenas de anos.

Mas, felizmente, em meio a tudo isso e a todo esse desinteresse e incompetência declarados, atletas conseguem se destacar na maioria das

vezes no plano individual, ainda que jamais sejam reconhecidos como tal. Alguns poucos dirigentes também.

Nunca o Estado ou os gestores se “tocaram” para homenagear pessoas que todos os dias produzem e vivem para o esporte. Homens como Cláudio Vaz e Professor Dimas não podem ser olvidados em qualquer homenagem que se proponha a fazer justiça a quem trabalhou. Mas há também aqueles que sempre trabalharão e continuam trabalhando e sequer têm nomes lembrados. Casos do desportista de todos os dias, João Bento, que tem sua vida inteira dedicada ao Futsal; do Professor Júlio Monteiro, que vivem cada dificuldade e cada braçada de um atleta da natação; de um Professor Mangueirão que literalmente trocou a família pelos portadores de necessidades especiais.

E a gestão esportiva precisa urgentemente corrigir seu percurso e seus objetivos rendendo homenagens a quem lhes proporcionou tantas glórias. Como o nadador Carlos Garcez; como a professora Denise Araújo; como os jornalistas Alfredo João de Meneses Filho e Jota Alves e até José Carlos Amaral, hoje médico ortopedista, mas um dia jornalista dos bons.

Assim, hoje icamos essa

bandeira para render homem a um ainda jovem desportista, nadador emérito – que hoje só gosta de água na garrafa e no chuveiro – que muitas glórias já deu ao esporte maranhense: Felipe Costa Camarão.

Carioca, nascido no Rio de Janeiro a 31 de dezembro de 1981, filho dos médicos Louis Phillip Moses Camarão e Rita Costa Camarão; neto paterno de Felipe Reis Camarão e Jean Moses Camarão; materno de Bráulio Costa e Tereza Costa, Felipe Costa Camarão, formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, Procurador Federal concursado é, desde o dia 18 de setembro, “cidadão maranhense”, graças a uma feliz proposição do deputado estadual Edilásio Júnior, aceita e aprovada pela maioria absoluta dos pares da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Que viu o engravatado Felipe Camarão como chefe do PROCON ou como subprocurador chefe da UFMA, jamais poderia imaginar que um dia as conquistas de pódios na natação fizeram parte permanente do seu dia a dia. Nadador qualificado da modalidade Crawl (Livre) nas provas dos 400, 800 e 1500m, Felipe tem um histórico dos mais qualificados no esporte.

Participou com grandeza e destaque nas equipes de natação do Jaguaré, Alumar,

primeiras sob o comando do professor Carlos Alberto Chitão e, na Duvel, sob o comando do professor Alexandre Pussieldi, e mais tarde do professor Mário Aguiar. Durante sua atividade, fez parte de quase todas as convocações para a seleção maranhense de natação e, por inúmeras vezes conquistou medalhas de ouro e prata. Vencedor reconhecido das competições dos JEMs, nadando pelas equipes do Dom Bosco.

Formado em Direito pela UFMA, Felipe Camarão prestou concurso em nível federal para Procurador de Justiça, logrando êxito e sendo nomeado para a Procuradoria Federal no Maranhão, passando a ser o novo procurador responsável. Felipe assumiu a função em solenidade realizada na Sala dos Grandes Atos do Edifício Sede dos Órgãos Fazendários, que abriga as unidades da PF e Procuradoria da União (PU) no estado.

A cerimônia foi prestigiada pelo subprocurador-geral Federal, Marcelo da Silva Freitas, pelo Procurador-Geral do estado, João Cláudio Pavão Santana, representando o então governador Luís Porto, por advogados da União, juizes, desembargadores e procuradores federais. Marcelo Freitas destacou em seu discurso a filosofia implantada pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e os esforços empre-

enidos em busca da segurança jurídica, interesse público, racionalidade, economia e otimização das atividades institucionais da Advocacia-Geral da União (AGU).

Com registro na OAB/MA sob número 8364, Felipe Camarão foi nomeado pelo governo do Estado do Maranhão como superintendente do PROCON, cargo em nível de secretário de Estado. Ali realizou ações de relevância para a sociedade maranhense. Posteriormente foi convidado a assumir cargo de cúpula diretiva do Tribunal de Justiça

do Maranhão, mas decidiu por aceitar ser subprocurador-chefe da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fazendo parte da competente equipe comandada pelo Reitor Natalino Salgado.

Professor do curso de Direito Processual Civil no Uniceuma e no Dom Bosco, Felipe Camarão é atualmente um dos mestrandos em Direito e Instituições do Sistema de Justiça que está acontecendo na UFMA.

Como se todas essas qualificações que garantiram os pódios da vida e a conquista das honrarias que estão no início, o ex-nadador Felipe Camarão, como qualquer humano cometeu uma falha imperdoável. Democráticamente, não sofreu influência do pai. Phil – torcedor do

Botafogo de Futebol e Regatas – preferindo “aquela coisa” que tem sede na beira da Lagoa Rodrigo de Freitas para torcer. Nada nem ninguém no mundo é perfeito!